

**CATADORES/AS DE MATERIAIS REICLÁVEIS NA CADEIA PRODUTIVA:
AVANÇOS E DESAFIOS – UM OLHAR A PARTIR DO CGIRS – VJ**

Elbênia Neris da Silva Bento*, Vanessa Luana Oliveira Lima, Adryane Marques Moraes, Guaracimeire Matos de França, Lucia Gleidivania Rabelo. *CGIRS – VJ, elbenianeris018@gmail.com.

RESUMO

O lixo ainda é um dos grandes problemas socioambientais brasileiros. Nas unidades de destinação final de resíduos sem qualquer tipo de controle estão as condições de trabalho de uma parcela da população cada vez mais crescente e pouco reconhecida. Os/as catadores/as de materiais recicláveis são hoje objeto de inúmeras discussões frente às políticas públicas de inclusão social e reprodutiva, mas que não tem o devido alcance nacional, sobretudo em pequenos municípios. Nesse contexto, esse trabalho buscou conhecer o perfil e as condições de trabalho de catadores/as que vivem e sobrevivem da catação nos territórios dos municípios que compõem o CGIRS - VJ revelando que a situação local não é diferente de outras cidades brasileiras, onde o problema é também aparente.

PALAVRAS – CHAVE: Catadores/as, cadeia produtiva, resíduos sólidos, gestão integrada.

ABSTRACT

Garbage is still one of the great socio-environmental problems in Brazil. In the final disposal units of waste without any type of control are the working conditions of a growing and little recognized portion of the population. Recyclers are nowadays the subject of numerous discussions regarding public policies for social inclusion, but it is not national in scope, especially in small municipalities. In this context, this work sought to approach these subjects, to know the profile and the working conditions of waste pickers living and surviving the harvest in the territories of the municipalities that make up the CGIRS - VJ, revealing that the local situation is not different from others Brazilian cities, where the problem is more apparent.

KEY WORDS: Collectors, production chain, solid waste, integrated management.

INTRODUÇÃO

Os/a catadores/as de materiais recicláveis não são sujeitos novos no cenário das problemáticas que envolvem as discussões sobre resíduos sólidos no Brasil, onde segundo Juncá (2001, p.62), esses atores podem ser representados pela figura do velho garrafeiro, do começo do século XX, que põe em evidência tal atividade e que se expande com o desenvolvimento da sociedade industrial.

Trata-se, assim, de uma atividade antiga, mas que vem se redefinindo e se expandindo ao longo dos anos, constituindo um vasto mercado de trabalho e mantendo relação direta com a grande quantidade de resíduos sólidos produzidos no país nos últimos anos. Homens e mulheres selecionando e catando materiais recicláveis exercem uma atividade que se constitui no primeiro elo do circuito econômico que gira em torno da cadeia produtiva da reciclagem no país, conforme aponta Gonçalves (2005, p.103).

Contudo, os avanços no campo dos direitos para tais trabalhadores/as ainda se constituem grandes desafios. Somente em 2002, a ocupação catador/a de materiais recicláveis foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, cabendo a este/a profissional o exercício de: catar, selecionar e vender materiais recicláveis como papel, vidro, papelão, materiais ferrosos e não ferrosos e ainda outros também aproveitáveis.

Tais trabalhadores/as desenvolvem suas atividades laborais nos mais diversos locais. Isso significa dizer, por exemplo, que existem trabalhadores/as autônomos/as, bem como alguns/as que se encontram atrelados à outras maneiras formais e informais de trabalho, subordinados/as a uma estrutura que garanta sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, existem os/as que se encontram nos galpões, nas ruas, vazadouros, cooperativas e associações.

Uma das possibilidades de inserir essa categoria no mercado de trabalho foi apontada pelo marco regulatório do saneamento básico brasileiro (Lei Federal nº 11.445/2017) e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), ao ser positivada através da possibilidade de contratação de grupos organizados dessa categoria em algumas etapas do manejo de resíduos sólidos. Logo, ressoa-se que ao poder público recaiam algumas responsabilidades para com esse grupo; inclusive o de reduzir suas hipossuficiências e vulnerabilidades socioeconômicas, mediante a possibilidade de apoio as suas organizações e estruturas, seja em associações ou cooperativas.

Segundo Gonçalves (2013) o Decreto nº 5.940, de 2006, estimula os órgãos do serviço público federal a separar seus resíduos na fonte e destiná-lo à associações organizadas de catadores de materiais recicláveis. Essa iniciativa contribui



deveras para a o fortalecimento desses atores sociais, mas quase sempre são desenvolvidas em grandes cidades, em que o problema social dos/as catadores/as é mais aparente. Boa parcela dos municípios brasileiros possui menos de 20 mil habitantes e essas políticas ainda não atingem nem reconhecem os/as catadores/as de materiais recicláveis que convivem com diferentes situações de disposição final inadequada dos resíduos sólidos.

Em 2010, foi sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), considerada um avanço significativo na política ambiental brasileira (Brasil, 2010). Ao criar normas abrangentes para o gerenciamento de resíduos sólidos, a nova legislação responde a antigas demandas feitas não apenas por ecologistas, mas por toda a sociedade civil, diante do acúmulo exponencial de dejetos em áreas urbanas e rurais. A PNRS prevê que todos os municípios brasileiros elaborem um Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e ainda que os catadores/as sejam alvo do plano e que sejam estabelecidas estratégias para reintegração desses indivíduos. Em adição, a PNRS torna obrigatória a elaboração dos planos inclusive pelos municípios com menos de 20 mil habitantes.

Ademais, esse trabalho pretende realizar a caracterização dos catadores existentes na região inserida no Consórcio de Gestão Integrada da Região do Vale do Jaguaribe (CGIRS-VJ) no Estado do Ceará, apresentando o perfil desses trabalhadores, identificação dos materiais comercializados e seus valores venais, bem como as estratégias adotadas em prol da organização desses indivíduos essenciais à gestão integrada de resíduos sólidos.

PROCESSO METODOLÓGICO

O CGIRS-VJ é um consórcio público composto por treze municípios (vide Figura 1), que tem por objetivo planejar e organizar alternativas para a gestão integrada de resíduos para a região do Vale do Jaguaribe-CE, onde uma das ações previstas é a inclusão socioeconômica e produtiva de catadores de materiais recicláveis.

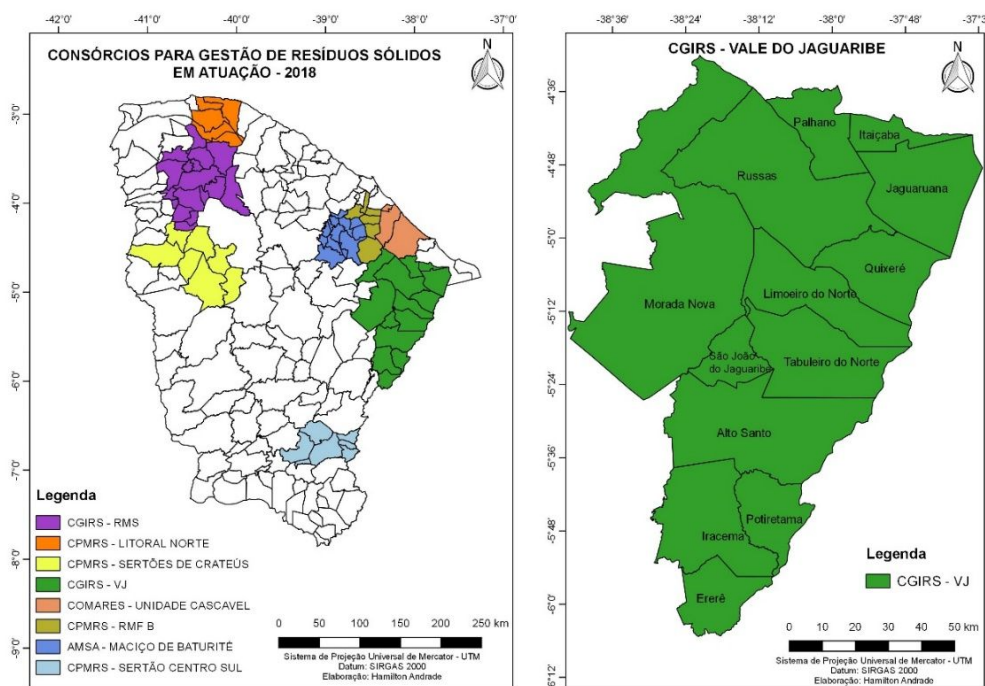
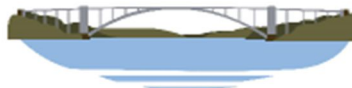


Figura 1: Municípios que compõem o CGIRS-VJ. Fonte: Elaborado pelos autores.

Para tanto a escolha pela referida região como objeto de estudo se deu em função do projeto desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades, que objetiva desenvolver alternativas que respondam significativamente às problemáticas que envolvem a gestão integrada de resíduos sólidos no Estado. Salienta-se que, para essa versão, serão considerados apenas dados referentes aos 11 municípios pioneiros desse Consórcio, uma vez que, segundo Limoeiro do Norte (2018), o ingresso de Jaguaruana e Itaipaba ocorreu somente no final de 2018. Logo, ainda não há dados referentes a essa categoria nesses dois municípios.



Para a elaboração desse trabalho foram realizadas consultas em fontes secundárias, bem como entrevistas junto aos indivíduos que lidam diretamente com a catação de materiais recicláveis nos municípios do CGIRS-VJ. O caminho metodológico possibilitou explorar os principais problemas enfrentados frente as condições de trabalho insalubre nas áreas dos lixões, além de informações acerca do perfil desses sujeitos, bem como do material que compõe a cadeia produtiva na região.

De fato, a situação dos catadores apresenta-se de modo específico, devido à diferença no modo como a sociedade e gestores públicos se relacionam com a questão. No passado, a existência de catadores representava a ineficiência dos serviços de limpeza urbana, e eles eram vistos como intrusos nos perímetros das unidades de destinação final. Entretanto, atualmente são “objeto” de políticas de inclusão social e vistos como prestadores de serviços ambientais à sociedade, o que convém melhorar as estatísticas sobre essa população. Porém, embora tenha havido muitos avanços no campo do saneamento básico no Brasil, problemas decorrentes da exposição da saúde humana aos agentes contaminantes e poluentes dos lixões continuam os mesmos, e são ainda mais graves quando se verifica a falta de controle de administração pública em pequenos municípios. Cavalcante & Franco (2007) destacam que a exposição da saúde humana e ambiental aos agentes danosos a partir dos lixões ocorre de duas formas: pelo modo direto, quando há um contato estreito do organismo humano com agentes patogênicos presentes no lixão, e pelo modo indireto, por meio da amplificação de algum fator de risco, que age de forma descontrolada sobre o entorno e por três vias principais, a saber: a ocupacional, a ambiental e a alimentar.



Figura 2: Aspecto geral do lixão. Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Gonçalves (2005), a via ocupacional particulariza-se pela contaminação dos/as catadores/as, que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção. Embora atinja uma parcela reduzida da população, esta via manifesta a forma mais agressiva de contaminação (Gonçalves, 2005). Por outro lado, a via ambiental caracteriza-se pela dispersão dos agentes contaminadores pelo ar, advindos da putrefação de restos alimentares e de animais mortos, infestação do chorume nos corpos d'água superficiais ou infiltração no lençol freático em solos permeáveis e pela produção de gás metano em virtude da decomposição dos resíduos ou proliferação de bactérias anaeróbias, o que, "além de contribuir para o efeito estufa (...), pode criar verdadeiras bombas" (Lima e Ribeiro, 2000, p. 53).

Diante desse contexto, em um cenário de vulnerabilidade e exclusão social, surge a necessidade de investigar sobre esse grupo populacional (os/as catadores/as de lixões) ainda muito negligenciado por atores públicos. Assim, no presente estudo foi analisado o perfil dos catadores de materiais recicláveis e suas condições de trabalho nos lixões dos municípios que contemplam o CGIRS. Acredita-se que este estudo possa contribuir para a compreensão dos desafios da inclusão social e melhoria da saúde humana e ambiental em municípios de pequeno porte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Ceará (2018), atualmente, os lixões ainda são os principais destinos dos resíduos e rejeitos nos municípios consorciados, sendo majoritariamente dispostos por caminhões em pequenos montes, nos quais catadores/as garimpam e coletam com as próprias mãos os materiais recicláveis, sendo os principais instrumentos de trabalho: pás, enxadões e grandes sacos para armazenamento do material.



A necessidade de reorganizar este formato e a urgência por alternativas que transformem essa realidade e potencializem a gestão integrada de resíduos com a inclusão de catadores/as, combinada ao projeto proposto pelo Governo do Estado do Ceará com ênfase nas CMR's, solicitou uma aproximação mais significativa com os/as trabalhadores que compõem o elo da cadeia produtiva do material reciclável; fazendo-se, pois, imprescindível, conhecer esses indivíduos e suas formas de trabalho.

Na região, foram identificados 199 trabalhadores que lidam diretamente com a catação, sendo essa atividade mais ocupada por homens (54,7%), predominando profissionais com faixa etária entre 26 e 60 anos (73,3%), caracterizando perfil adulto, conforme Tabela 1.

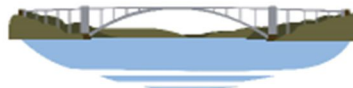
Tabela 1 – Quantidade de catadores por gênero e faixa de idade. Fonte: Ceará (2018)

Faixa de Idade	Feminino	Masculino	Total
16-20	2	4	6
21-25	4	10	14
26-30	7	11	18
31-35	11	7	18
36-40	10	13	23
41-45	11	8	19
46-50	12	6	18
51-55	12	16	28
56-60	10	12	22
61-65	4	8	12
66-70	4	7	11
71-75	3	4	7
76-80		2	2
81-85		1	1
Total Geral	90	109	199

Interessante destacar que o perfil etário é similar ao apresentado por Santos *et al.* (2018), na cidade de Três Passos, no interior do Rio Grande do Sul. Já a predominância masculina difere dos estudos observados no Sul e Centro-Oeste do país (CRUVINEL *et al.*, 2016; SCHEWNGBER *et al.*, 2016).

Quanto à renda proveniente da catação, há uma percepção média que oscila entre menos de R\$ 100,00 à R\$ 312,00, resultado similar ao verificado no estudo realizado por Peixoto *et al.*, (2015), na cidade de Feira de Santana-BA. A composição dessa renda tem forte correlação com os materiais que são vendidos, onde, na região o produto com maior valor venal é o cobre, chegando a ser comercializado a R\$ 14,00 (Kg), seguido por metal e latinhas de alumínio – R\$ 10,00 – porém, com grande variabilidade regional.

Nesse sentido, no intuito de promover a emancipação desses atores na região, tem-se investido em ações estruturais (Centrais Municipais de Reciclagem – CMRs) e estruturantes, principalmente, os ciclos de oficinas com temáticas variadas – conforme tabela abaixo – que acontecem itinerantemente nos municípios.

**Tabela 2: Quantidade de participantes por oficina. Fonte: Elaborado pelos autores**

	Catadores	Técnicos
Oficina 01 - Sensibilização dos catadores	103	74
Oficina 02 - Compreendendo a categoria profissional	91	67
Capacitação 01 - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva	104	16
Capacitação 02 - Associação e Cooperativismo	102	25
Capacitação 03 - Educação Ambiental e Segurança do Trabalho	122	20

O trabalho social denominado de “Inclusão dos Catadores no Projeto de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”, faz parte de uma série de ações desenvolvidas pela Secretaria das Cidades no sentido de implementar o Programa de Resíduos Sólidos nas regiões do Vale do Jaguaribe.

Portanto, foi iniciada com duas oficinas, a primeira, apresentando o programa, no sentido de sensibilizar e envolver os/as catadores/as de materiais recicláveis, já atuantes nesses municípios, no Projeto Gestão de Resíduos Sólidos e a segunda objetivando apresentar a história de organização do Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis, com ênfase na divulgação do Reconhecimento da Categoria Profissional de Catador, segundo a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego. A metodologia utilizada como estratégia para a aprendizagem dos catadores sobre sua história e realidade foi a “linha do tempo”, com foco na experiência profissional dos catadores.

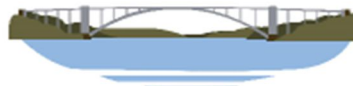
Com esta metodologia foi dado às consignas e para responderem os catadores se movimentavam de um lado para o outro, as seguintes questões relacionadas a vida profissional: 1. Quem já teve carteira de trabalho assinada em algum tempo na vida? 2. Quem já trabalhou com horário fixo? 3. Quem trabalha só um turno de 4 horas por dia? 4. Quem trabalha 8 horas por dia ou mais? 5. Quem já sabe que catador foi reconhecido como profissão: “Catador de Material Reciclável”? 6. Quem está pagando o INSS por conta própria? 7. Quem está na catação por menos de 05 anos? 8. Quem está na catação entre 05 a 10 anos? 9. Quem está na catação por mais de 10 anos? 10. Quem mantém a carteira assinada hoje?

Para consolidar os dados da dinâmica de integração, as perguntas foram agrupadas em três temas: reconhecimento da carteira profissional, horas de trabalho na catação e tempo de catação. Como resultado da dinâmica foram obtidas as seguintes respostas das 62 pessoas que aderiram a participação na dinâmica. (Vide tabela 3).

Tabela 3: Quantidade de participantes na dinâmica. Fonte: Elaboração das autoras

	Catadores
Carteira assinada em algum momento da vida	16
Conhecimento sobre a ocupação de catador enquanto categoria profissional	0
Catadores que pagam INSS	0
Trabalham menos de 4 h/dia	27
Trabalham 8 h/dia ou mais	35
Iniciaram a atividade - menos de cinco anos	8
Catam entre cinco e dez anos	27
Mais de dez anos	

“Tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio. Contudo, a inclusão desses catadores ocorre de forma perversa e extremamente indigna nos moldes contemporâneos.” (MAIURA, 2004).



Dessa forma, pode-se inferir que o/a catador/a de materiais recicláveis é dada a possibilidade de inserção no mercado de trabalho - ao ter um trabalho, ao mesmo tempo em que lhe são negados inúmeros acessos e direitos pela própria forma e tipologia de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, com a ausência total de garantias trabalhistas, o/a trabalhador/a catador/a é exposto a riscos à saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas, condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho, quanto na remuneração. Além disso, catadores/as não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade e riscos sociais enfrentadas diariamente por tais trabalhadores/as.

Outro elemento importante e necessário, porém, pouco evidenciado é o recorte de gênero e raça dado a essa população. Se pensarmos em todo esse cenário acrescidas as situações relacionadas ao gênero e a raça perceberemos quão macro é a problemática aqui tratada. Para tanto, fazem-se necessárias abordagens que pensem em estratégias que possam enfrentar tais questões na radicalidade do problema.

Aqui não pretendemos esgotar as possibilidades de discussão frente as questões inerentes a catadores/as, mas lincar as ações necessárias e possíveis a uma verdadeira inclusão social, produtiva e política desses sujeitos na atual conjuntura. Para isso, mostraremos de forma breve, uma das possibilidades discutidas na atualidade e na realidade das ações para a região do CGIRS – VJ.

As CMRs que estão sendo construídas em cada município do Consórcio, são equipamentos de baixo custo operacional, que objetiva a destinação adequada aos resíduos com potencial de reciclagem e/ou reutilização, através do pré-beneficiamento e comercialização dos mesmos, reinserindo esses materiais na cadeia produtiva, através de comercialização em rede e, preferencialmente operacionalizadas por catadores de materiais recicláveis (vide Figura 2).



Figura 3: Modelo CMR Polo



Figura 4: Modelo da Central Municipal de Reciclagem

Através das CMRs, presume-se que seja possível eliminar os intermediários da cadeia produtiva de reciclagem e abrir mercados, especialmente para os grupos de catadores, devendo ser o catalizador da cadeia de negócios que envolva os materiais recicláveis na região.

Para que as CMRs possam alcançar a eficiência possível, considera-se que a premissa basilar seja a entrega voluntária por parte do cidadão, onde para tal, se faz necessário que o poder público invista em campanhas massivas de



educação ambiental e mobilização social, bem como a localização desse equipamento seja estratégica, condição fundamental para a sustentabilidade econômico/financeira do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente no Brasil, com o debate sobre o desenvolvimento de instrumentos econômicos para a manutenção da qualidade ambiental, a reciclagem de materiais pode vir a tornar-se um importante serviço ambiental, realizado por catadores/as que contribuem para a sustentabilidade, mas que arcam com o ônus das condições insalubres de trabalho.

Para ingressar no trabalho, muitas vezes catadores/as não recebem qualquer tipo de formação, treinamento ou preparo para o enfrentamento das exigências contemporâneas, bem como enfrentarem as condições insalubres e indignas de trabalho. Essa situação dificulta tanto sua inserção no mercado de trabalho dadas as exigências postas, quanto suas condições humanas de saúde, já que o não conhecimento ou mesmo a não adesão as melhores condições de trabalho não são aplicadas no cotidiano de trabalho desses sujeitos, seja por desinformação, resistência ou mesmo falta de acesso aos meios básicos de proteção à saúde.

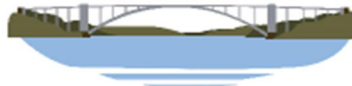
Nesse sentido, políticas de inclusão social devem buscar identificar, reconhecer e organizar esses indivíduos. No caso dos municípios que compõem o CGIRS-VJ, verificou-se que o perfil dos/as catadores/as de materiais recicláveis que vivem do lixo municipal se assemelha ao de outros/as em diferentes cidades brasileiras.

Os municípios que compõem o CGIRS – VJ em parceria com a Scidades do Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo ações que visam a potencialização do processo de organização destes trabalhadores frente a cadeia produtiva para a referida região. Para isso, a referida secretaria vem desenvolvendo ciclos de oficinas com diversas temáticas pertinentes as necessidades e as exigências necessárias a inserção de tais trabalhadores/as no mercado de trabalho. Dentre as temáticas discutidas no ciclo de oficinas/formação estão as discussões referentes a saúde do trabalhador como forma de potencializar a qualidade e a valorização da saúde desses sujeitos.

Portanto, esperamos com esse trabalho contribuir para que maior atenção seja dispensada aos trabalhadores/as que estão na condição de catadores de materiais recicláveis na região do CGIRS-VJ. Além desse alerta, há também a perspectiva de que, com a sistematização das informações aqui apresentadas, futuras ações sejam implementadas para fortalecer o reconhecimento e a importância de alternativas que potencializem a sustentabilidade ambiental. Por fim, pode-se dizer que tomar a realidade de vida e de trabalho dos catadores investigados também representa uma reflexão muito positiva sobre nossas próprias posturas em relação a sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BREU, M. F. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2001.
2. BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4283/politica_residuos_solidos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 mar. 2013.
3. CEARÁ, Governo do Estado do. Diagnóstico da Região do Vale do Jaguaribe (COMARES-UL e COMARES-UJ). Cadeia de reciclagem a partir da dinâmica socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis. Vol. 1. Fortaleza-CE, 2017.
4. **CRUVINEL, Vanessa**. Perfil dos Catadores de Resíduos Sólidos do Distrito Federal: Uma Análise Comparativa entre Associações de Ceilândia e Estrutural. In: Hegemonia –Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro ISSN: 1809-UNIEURO, Brasília, número 19, Janeiro-Junho de 2017, pp. 67-87. Disponível em: <[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_20/Vanessa%20Cruvinel%20e%20ouros%20\(5\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_20/Vanessa%20Cruvinel%20e%20ouros%20(5).pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2013
5. GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimento do liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e sociedade**, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-62820120004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 mar. 2013
6. SANTOS, Claudete dos et al. Perfil Socioeconômico de Catadores de Materiais Recicláveis de um pequeno município no noroeste do Rio Grande do Sul. In: Biblioteca Digital de Periódicos, **v. 1, n. 15 (2018)**. UFPR, Paraná. Disponível



em: <https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/2317-8582.16.33/pdf>. Acesso em: 5 mar. 2013

7. **SCHWENGBER, Daiana et al. Perfil socioeconômico de profissionais catadores de quatro cooperativas de resíduos sólidos da região metropolitana de Porto Alegre/RS Brasil. In: Revista Saúde e desenvolvimento Humano-ISS 2317-8582. Canoas, v.4 n.2,2016.** Disponível em: <https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/2317-8582.16.33/pdf>. Acesso em: 5 mar. 2013